

COM QUEM FICOU O PROGRAMA?

Raul PILLA

3.4.945

Se é pelo programa que se define um partido político, se é pela fidelidade ao seu programa que ele se recomenda à confiança dos cidadãos, cumpre indagar onde está, com quem ficou o programa do Partido Libertador.

Em todo programa há proposições fundamentais, que traçam a orientação geral do partido, e proposições secundárias, que apenas acentuam melhor os seus propósitos.

Ora, qual é a diretriz essencial do Partido Libertador, qual a nota dominante do seu ideário?

O Partido Libertador é fundamentalmente democrático e republicano. Significa isto que, com a república e a democracia, pretende ele sejam resolvidos todos os grandes e pequenos problemas de ordem pública. Dos pontos secundários do seu programa poderia ele abrir mão, ou os poderia ainda relegar ou substituir, mas da democracia, que é um sistema, não poderia ele abdicar sem se descaracterizar, sem perder o seu próprio ser e transformar-se num simples ajuntamento cimentado por espúrios interesses. Partido essencialmente democrático, teria deixado de existir, justamente por haver deixado de ser democrático.

E não só foi sempre o Partido Libertador uma agremiação democrática, como tantas outras, senão que propugnou sempre, desde as suas mais remotas origens, o aperfeiçoamento da democracia representativa em nosso País. Provindo dos federalistas, que pretendiam regenerar a república com o parlamentarismo, dos democratas de Assis Brasil e Fernando Abbott, que preconizavam a responsabilidade ministerial, de várias dissidências republicanas, umas antigas e outras recentes, que também eram reformistas, objetivo dominante do Partido Libertador — foi não só preservar, mas também melhorar a democracia.

Assim, o primeiro item do programa do Partido Democrático Nacional, do qual o Partido Libertador constituía a ala meridional, prescrevia o seguinte:

“Defender os princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição da República, para que se torne uma realidade o governo do povo pelo povo e para o povo, promovendo a regeneração dos costumes políticos e opondo-se a qualquer reforma constitucional que implique restrição à liberdade e garantias de direitos”.

O programa peculiar do Partido Libertador acrescentava, no seu item n.º 2:

“Definindo algumas das disposições constitucionais que, de acôrdo com o artigo 2.º do Programa do Partido Democrático Nacional, devem ser introduzidas oportunamente no estatuto federal, para aperfeiçoar o regime democrático representativo, o Partido Libertador defenderá as seguintes medidas: eleição do Presidente da República pelo Congresso Nacional; comparecimento e responsabilidade dos ministros perante o Congresso”.

Como aí está claramente documentado, era o Libertador um partido visceralmente democrático. E não só pelo programa, mas também pela ação. Nenhum movimento liberal se operou no País, que não tivesse a sua colaboração ativa e, às vezes, a sua ação decisiva. Pela constância e intrepidez com que defendeu sempre os seus ideais de justiça e liberdade, esta agremiação localizada, quase isolada no extremo sul do Brasil, grangeou um prestígio nacional. Poucos partidos a terão igualado no conceito público, nenhum, por certo, a excedeu.

Por isto, quando o sr. Getúlio Vargas desfechou, a 10 de novembro de 1937, o seu golpe de Estado, todos os espíritos, atônitos ainda pela brutalidade do choque, se fixaram no Partido Libertador, cujo penacho, como outr’ora, esperavam ainda ver ondulando ao vento.

Que fizeram, entretanto, os signatários da “Advertência”? Não sofreram a Ditadura, como todos nós a tivemos de sofrer por imposição da força. Aceitaram-na, com ela colaboraram ativamente, com ela se identificaram de tal jeito, que, ainda agora, quando, pelo menos na aparência, o povo vai ser chamado a escolher entre ela e a democracia, com ela continuam aferrados, como moluscos pegados ao casco do navio que está afundando.

E que ditadura era esta, a que davam a plenitude do seu apolo? Seria uma ditadura transitória, simples recurso de ocasião para debelar uma crise grave e melhor preservar a existência da democracia? Sabem todos que não. Era, sim, uma ditadura-regime, uma ditadura estável e definitiva, cuja ambição consistia em viver indefinidamente e que, na carta de 10 de novembro, trazia a prova irrecusável da sua identidade. Ninguém se enganou, nem se poderia enganar.

Aceitando-a, pois, colaborando com ela durante mais de sete anos, continuando ainda a servi-la apesar de tudo, os signatários da “Advertência” abandonaram o programa, abjuraram o credo, desmentiram as tradições do seu Partido. Se o que caracteriza um partido é o programa, eles deixaram de ser libertadores, quando trocaram a democracia pelo regime autoritário. E teimaram, persistiram, perseveraram na sua aberração, quando, enciamados, como todos os libertadores, a formar em torno da candidatura democrática, quer dizer, da candidatura libertadora, não só se recusaram, mas tentaram também desviar dela os verdadeiros libertadores.

Podem eles, pois, no triste carnaval da Ditadura, fantasiar-se de libertadores. Melhor do que ninguém, sabem eles, porém, que é só fantasia, ridícula e transparente fantasia.